

Brasil

Última atualização: 04 de Agosto de 2011

Política de Banimento das Munições Cluster

A República Federativa do Brasil não aderiu à Convenção em Munições Cluster

Em outubro de 2010, oficiais do governo disseram que a adesão à convenção não está sendo considerado porque o Brasil vê utilidade militar nas munições cluster e considera este armamento como preventivo.^[1] O Brasil se opôs ao processo diplomático não-tradicional que levou à convenção, que, em sua visão, não balanceou a necessidade de legítima defesa de um país com relação às questões humanitárias.^[2]

O novo Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, ainda não fez seu parecer sobre as munições cluster. Em 2008, o ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, considerou as munições cluster como uma arma desumana que deve ser eliminada.^[3]

Em 3 de fevereiro de 2009, o Deputado Federal Fernando Gabeira (PV-RJ) introduziu um projeto de lei 4590/09 na Câmara dos Deputados para banir o uso, produção, importação e exportação das munições cluster.^[4] Em 4 de maio de 2010, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou uma audiência pública sobre o projeto de lei.^[5] Gabeira deixou o Congresso no final de 2010, mas continuou a defender a adesão do Brasil à proibição internacional das munições cluster.^[6]

O Brasil participou minimamente no Processo de Oslo, que produziu a convenção, e não atendeu às negociações formais em Dublin, em maio de 2008, nem mesmo como observador.^[7] Durante o Processo de Oslo, o Brasil sustentou que as munições cluster eram militarmente eficazes e disse que o meio mais apropriado de lidar com as munições cluster era através do Direito Internacional Humanitário existente e da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (CCAC).^[8] O Brasil tem criticado duas disposições na convenção: a disposição que exclui da proibição as munições que contém submunições, mas que não tem o mesmo efeito humanitário negativo como as munições cluster, e a disposição destinada a facilitar a "interoperabilidade" (operações militares conjuntas com Estados não partes).^[9]

O Brasil não tem se engajado no trabalho da convenção em 2010 e 2011. Ele foi convidado para o primeiro Encontro de Estados Partes da Convenção em Munições Cluster em Vientiane, Laos, em novembro de 2010, mas não compareceu. O Brasil não participou nos encontros intersessionais da convenção em Genebra, em junho de 2011.

O Brasil é um Estado Parte do Tratado de Proibição de Minas Terrestres.

Convenção sobre Certas Armas Convencionais

O Brasil é parte da CCAC e ratificou o Protocolo V da CCAC sobre explosivos remanescentes de guerra no dia 30 de novembro de 2010. O Brasil continuou a participar ativamente nas deliberações sobre munições cluster na CCAC em 2010 e na primeira metade de 2011. Em novembro de 2010, o Brasil declarou seu "forte" apoio para a continuação das deliberações sobre as munições cluster na CCAC em 2011, observando que o resultado deve ser um "instrumento universalmente aceito que produza impacto real sobre a questão e que possa ser melhorado regularmente e desenvolvido quando necessário".^[10] Na sessão da CCAC de setembro de 2010, o Brasil liderou um grupo de trabalho informal sobre medidas de transparência e recomendou que o relatório de transparência sobre o protocolo proposto fosse voluntário ao invés de obrigatório, como inicialmente previsto.^[11] O Brasil continuou a fazer declarações sobre a CCAC, criticando a Convenção em Munições Cluster e os países que a aderiram.^[12]

Uso, produção, transferência e armazenamento

O Brasil declarou várias vezes que ele nunca usou munições cluster.^[13] O país produz, exporta e armazena munições cluster.

Em maio de 2010, o Ministro da Defesa declarou que a doutrina militar nacional proíbe o uso de munições cluster em áreas urbanas. Ele declarou também que as reservas do Brasil de munições cluster são limitadas e que as bombas cluster mantidas pela Força Aérea devem ser destruídas em breve, porque elas estão vencidas. O Ministro da Defesa declarou também que o Brasil precisou manter sua capacidade de produção de munições cluster nos níveis atuais a fim de apoiar a capacidade de produção local de defesa.^[14]

Ao menos três empresas têm produzidos munições cluster no Brasil, de acordo com informações das próprias empresas e com trabalhos de referência padrão. Avribrás Aeroespacial SA tem produzido a família ASTROS de foguetes superfície-superfície com ogivas de submunições. Na audiência em maio de 2010, um representante da Avribrás disse que a empresa gera US\$60–70 milhões por ano com munições cluster e afirmou que bombas cluster que estão sendo produzidas pela Avribrás tem uma taxa de falha de menos de 1%.^[15]

Essas armas tem sido exportadas para o Irã, Iraque e Arábia Saudita.^[16] O Brasil exportou também o sistema ASTROS para a Malásia em 2002 e uma venda adicional de mais unidades de lançamento foi completada em 2010, mas não se sabe se o tipo de munição inclui a variante com carga de submunição.^[17]

Em março de 2011, o Deputado Gabeira disse que o governo se recusou “por uma questão de segurança” a responder seu pedido de um lista com os países para os quais o Brasil tem exportado munições cluster.^[18]

O Sistema ASTROS de Lançador de Múltiplos Foguetes foi usado por forças da Arábia Saudita contra forças iraquianas durante a Batalha de Khafji em Janeiro de 1991, deixando para trás um número significativo de submunições não-detonadas.^[19]

A empresa Ares Aeroespacial e Defesa Ltda. tem produzido o foguete ar-superfície FZ-100 70mm, semelhante ao Hydra M261 submunições multiuso.^[20] Além disso, a empresa Target Engenharia e Comércio Ltda. tem produzido dois tipos de bombas cluster (BLG-120 e BLG-252) para a Força Aérea Brasileira e supostamente para exportação.^[21]

Em uma carta escrita em maio de 2010 para o Ministro da Defesa, a CMC (Coalizão contra Munições Cluster) escreveu: “Há um número de passos positivos que o Brasil pode dar se considerar unir-se à Convenção. Mais notavelmente, o Brasil poderia esclarecer se alguma produção de munições cluster está em curso e poderia por em prática uma moratória sobre o uso, produção e transferência... Como uma medida de confiança, o Brasil deve fornecer informações completas sobre seu arsenal de munições cluster.”^[22]

^[1] Encontro da CMC com João Marcelo Galvão de Queiroz, Conselheiro da Missão Permanente do Brasil para a Conferência sobre Desarmamento, Nova Iorque, 19 de Outubro de 2010.

^[2] Por exemplo, Declaração do Brasil, Grupos de Peritos Governamentais (GPG) da CCAC sobre Munições Cluster, Genebra, 7 de Novembro de 2008. Anotações da *Landmine Action*.

^[3] O ministro fez esta declaração em Junho de 2008, em um encontro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Mylena Fiori, “Brasil

poderá aderir ao acordo para acabar com produção de bombas cluster”, 17 de Junho de 2008, www.agenciabrasil.gov.br. Ele fez novamente esta declaração em Dezembro de 2008, na época da Conferência de Assinatura da Convenção em Munições Cluster em Oslo. “Brasil não assina o tratado proibindo bombas cluster,” *Xinhua*, 4 de Dezembro de 2008, news.xinhuanet.com.

[4] Câmara dos Deputados, Proposta PL-4590/2009, www.camara.gov.br. Veja também, Rodrigo Bittar, “Projeto proíbe fabricação e uso de bombas de fragmentação”, *Agência Câmara*, 27 de Fevereiro de 2009, www.direitos.org.br.

[5] Email de Gustavo Oliveira Vieira, Campanha Brasileira contra Minas Terrestres e Bombas Cluster, 13 de Agosto de 2010; e Audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 de Maio de 2010. O site ‘The Monitor’ tem uma transcrição em Português da audiência.

[6] Veja a notícia de Fernando Gabeira na internet, “Kadafi usa bombas condenadas,” 15 de Abril de 2011, www.gabeira.com.br; e a declaração de Fernando Gabeira, “Brasil, Líbia e os outros,” 3 de Abril de 2011, www.itamaraty.gov.br.

[7] Para mais detalhes sobre a política e a prática brasileira sobre as munições cluster no início de 2009, veja *Human Rights Watch* e *Landmine Action*, [*Banning Cluster Munitions: Government Policy and Practice*](#) (Ottawa: *Mines Action Canada*, Maio de 2009), pp. 191–193.

[8] Declaração do Brasil, Conferência Regional Latino Americana sobre Munições Cluster, San José, 5 de Setembro de 2007. Anotações de *Human Rights Watch*.

[9] Declaração de Santiago Irazabal Mourão, Diretor da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Ministério das Relações Exteriores, Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 de Maio de 2010; e “Relatório sobre a Audiência” disponibilizado por Gustavo Oliveira Vieira, Campanha Brasileira contra Minas Terrestres e Bombas Cluster, 13 de Agosto de 2010.

[10] Declaração do Brasil, Encontro das Altas Partes Contratantes da CCAC, Genebra, 25 de Novembro de 2010. Anotações de Ação Contra Violência Armada (AOAV - *Action on Armed Violence*).

[11] Declaração do Brasil, GPG da CCAC sobre Munições Cluster, Genebra, 2 de Setembro de 2010. Anotações de AOAV.

[12] Por exemplo, no encontro em Novembro de 2010, o Brasil se referiu à Convenção em Munições Cluster como uma “conquista ilusória” e criticou a “tendência” do que ele descreveu como “multilateralismo aristocrático” entre os países partes. Declaração do Brasil, Encontro das Altas Partes Contratantes da CCAC, Genebra, 25 de Novembro de 2010. Anotações da AOAV.

[13] Declaração do Brasil, GPG da CCAC sobre Munições Cluster, Genebra, 8 de Abril de 2008, anotações de *Landmine Action*; declaração do Brasil, GPG da CCAC sobre Munições Cluster, Genebra, 16 de Fevereiro de 2009, anotações de *Landmine Action*; e declaração do Brasil, GPG da CCAC sobre Munições Cluster, Genebra, 14 de Abril de 2009, anotações de *Landmine Action*.

[14] Declaração de Marcelo Mário de Holanda Coutinho, Ministério da Defesa, Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 Maio de 2010; e “Relatório sobre a Audiência” disponibilizado por Gustavo Oliveira Vieira, Campanha Brasileira contra Minas Terrestres e Bombas Cluster, recebido em 13 de Agosto de 2010.

[15] Declaração de José de Sá Carvalho, Jr, “Diretor Comercial – Brasil e Américas,” Avibrás Aeroespacial SA, Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Brasília, 4 de maio de 2010; e “Relatório da Audiência” disponibilizado por Gustavo Oliveira Vieira, Campanha Brasileira contra Minas Terrestres e Bombas Cluster, recebido em 13 de Agosto de 2010. Em uma carta ao Ministro da Defesa, a CMC considerou esta reivindicação e afirmou “No entanto, as taxas de falha em combate são sempre maiores que as taxas de falha obtidas em testes, fazendo com que desempenhos confiáveis obtidos em testes não previnam o dano humanitário que é causado na realidade. A maior parte do mundo já rejeitou uma proibição

baseada nas taxas de falhas, considerando que estas não podem proteger contra o impacto humanitários destas armas.” Carta da CMC para Nelson Jobim, Ministro da Defesa, 17 de Maio de 2010.

[16] Terry J. Gander e Charles Q. Cutshaw, eds., *Jane’s Ammunition Handbook 2001–2002* (Surrey, Reino Unido: *Jane’s Information Group Limited*, 2001); e Jonathan Beaty e S.C. Gwynne, “Escândalos: não apenas um Banco” Revista *Time*, 2 de Setembro de 1991, www.time.com.

[17] República Federativa do Brasil, Registro de Armas Convencionais da ONU, Submissão para o ano de 2002, 28 de Abril de 2004. Este relatou a transferência de 12 unidades de lançamento. O banco de dados de Transferência de Armas do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (*Stockholm International Peace Research Institute*) considerou que o acordo de US\$300 milhões foi assinado em 2007 e as entregas começaram em 2009.

[18] Comunicado à imprensa, Gabeira Brasil, “Líbia e os outros,” 3 de Abril de 2011, www.itamaraty.gov.br.

[19] Entrevistas da *Human Rights Watch* com ex-funcionários de engenhos explosivos de uma empresa comercial de remoção e com um oficial militar Saudita com experiência em remoção de bombas de duplo propósito de foguetes ASTROS, nomes não divulgados, Genebra, 2001–2003.

[20] Aeroespacial e Defesa Ltda., “Submunicões Head Charged”, www.ares.ind.br.

[21] Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, “Lista de Produtos, de 2000 a Dezembro de 2005,” abimde.com.br

[22] Carta da CMC para Nelson Jobim, Ministro da Defesa, 17 de Maio de 2010.